

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E FILOSOFIA
CURSO DE PEDAGOGIA

NATALLYA ROCHA DA SILVA

**A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO
LUÍS: desafios, limites e perspectivas**

SÃO LUÍS - MA
2019

NATALLYA ROCHA DA SILVA

A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO

LUÍS: desafios, limites e perspectivas

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA como requisito para a obtenção de título de licenciada em Pedagogia.

Orientador (a): Prof.^a Ms. Maria das Graças Neri Ferreira

Silva, Natallya Rocha da.

A Escola de Tempo Integral da Rede Pública Municipal de São Luís: Desafios, Limites E Perspectivas. / Natallya Rocha da Silva. - São Luís, 2019.

45 f.

Orientador (a): Profa. Ms. Maria das Graças Neri Ferreira.

Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

1. Escola de tempo integral 2. Educação em tempo integral. 3. Programa Mais Educação. I. Título.

CDU:

NATALLYA ROCHA DA SILVA

**A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO
LUÍS: desafios, limites e perspectivas**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA como
requisito para a obtenção de título de licenciada em
Pedagogia.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Maria das Graças Neri Ferreira (Orientadora)

1º Examinador (a)

2º Examinador (a)

Dedico esse trabalho aos meus pais Enilson Correia da Silva e Elizete dos Santos da Rocha Silva, que sempre estiveram ao meu lado demonstrando todo seu amor e carinho, me apoiando e me incentivando a prosseguir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu vida e está sempre abrindo caminhos para que eu chegue a lugares altos.

Agradeço aos meus pais, Enilson e Elizete, que sempre estiveram ao meu lado me amando e me dando apoio. Sou grata por acreditarem no meu potencial.

Agradeço a Instituição e ao corpo docente que proporcionaram conhecimento para minha formação profissional.

Agradeço a minha orientadora Profa. Graça Neri por todo apoio e que com muita paciência me orientou, sendo uma verdadeira inspiração.

Agradeço aos meus amigos e parceiros de vida acadêmica.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente me incentivaram, me apoiaram e contribuíram com essa realização. Meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

A presente monografia apresenta questões relacionadas à escola de tempo integral, com ênfase em uma instituição pública municipal de São Luís – MA. Teve como objetivo compreender a ampliação da jornada discente como possibilidade de aprendizagem por meio da oferta de atividades socioeducativas gratuitas propostas nas diretrizes do programa Mais Educação, e visou investigar os limites e desafios na funcionalidade da escola de tempo integral. Para tanto, aborda um breve histórico sobre a implantação das escolas de tempo integral no Brasil, a criação, implantação e diretrizes do programa Mais Educação, além de uma sucinta análise das legislações vigentes que assegura o direito a educação pública de qualidade. O estudo propõe uma reflexão a cerca da ampliação da jornada escolar em uma escola da Rede Pública Municipal de São Luís. Foi realizada pesquisa bibliográfica em materiais relacionados a temática e pesquisa de campo em uma escola da Rede Pública Municipal de ensino, pautadas em uma abordagem qualitativa. Para coleta de dados, foi realizada aplicação de questionários com os docentes da unidade de educação básica a fim de se obter os resultados referentes à temática. Entre os resultados obtidos, constatou-se uma evolução nos resultados da escola pesquisada no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Palavras-chave: Escola de tempo integral, Educação em tempo integral, Programa Mais Educação.

ABSTRACT

This monograph presents issues related to full - time school, with emphasis on a municipal public institution of. The objective was to understand the extension of the student's journey as a learning possibility through the offer of free socio-educational activities proposed in the guidelines of the More Education program, and aimed to investigate the limits and challenges in the functionality of the full-time school. To do so, it addresses a brief history of the implementation of full-time schools in Brazil, the creation, implementation and guidelines of the More Education program, as well as a brief analysis of current legislation that ensures the right to quality public education. The study proposes a reflection about the extension of the school day in a school of the Municipal Public Network of São Luís. A bibliographical research was done in materials related to thematic and field research in a school of the Municipal Public School of Education, based on an approach qualitative. For data collection, questionnaires were applied with the teachers of the basic education unit in order to obtain the results referring to the theme. Among the results, we found an evolution in the results of the school surveyed in the Basic Education Development Index (IDEB).

Keywords: Full-time school, Full-time education, More Education Program.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAICs - Centros de Atenção Integral à crianças e aos Adolescentes

CECR - Centro Educacional Carneiro Ribeiro

CIACS - Centros de Atenção Integral à criança e ao adolescente

CIEPs - Centros Integrados de Educação Pública

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB - Índices de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PIP – Projeto de Intervenção Pedagógica

PME - Plano Municipal de Educação de São Luís

PNE - Plano Nacional de Educação

PMALFA - Programa Mais Alfabetização

SECADI - Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade e Inclusão

SEMED - Secretaria Municipal de Educação de São Luís

UEB – Unidade de Educação Básica

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entendimento sobre o que é a Educação em Tempo Integral.

Tabela 2 - Limites para o desenvolvimento da Educação em Tempo integral.

Tabela 3 - Quanto à observação de progressos no rendimento escolar dos alunos.

Tabela 4 - Benefícios da Implantação da Escola de Tempo Integral para comunidade.

Tabela 5 - Conhecimento dos professores quanto as Diretrizes do Programa Mais Educação.

Tabela 6 - Quanto ao Recebimento de Formação sobre como desenvolver as atividades do Programa Mais Educação.

Tabela 7 - Como é feita a articulação dos conteúdos trabalhados no turno parcial e na jornada ampliada.

Tabela 8 - Diferença entre Educação Integral e a Educação em Tempo Integral.

Tabela 9 - Programas e Projetos que estão sendo desenvolvidos na escola.

Tabela 10 - Fator preponderante para a implementação de mais escolas de Tempo Integral.

Lista de Quadros

Quadro 1- Atendimento SEMED

Quadro 2: IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental

Quadro 3 – Escolas de Tempo Integral da Rede Pública Municipal

Quadro 4: Resultados e Metas do IDEB

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL: Retrospectiva histórica	16
2.1 Programa mais educação: educação em tempo integral.....	20
2.2 Escola de tempo integral em São Luís-MA	22
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE.....	41
APÊNDICE A	42
APÊNDICE B – Questionário / professores.....	44

1. INTRODUÇÃO

Antes de darmos início a um estudo mais aprofundado sobre educação em tempo integral, precisamos entender o que é a educação, que tem sido um tema bastante discutido. O homem está em constante aprendizado, contudo, as transferências de saber estão diretamente ligadas às relações humanas. Desde os primórdios da existência, o homem sempre aprendeu a partir das interações dos grupos sociais e em todos os lugares, seja em casa ou fora dela. Nesse contexto, Brandão (1985, p. 7), nos traz contribuições para esta reflexão quando assegura:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

Entende-se que a construção do conhecimento, não está restrita apenas a escola e que o professor não é o único exclusivo que possui o papel de ensinar, pois a educação está em toda parte, sempre existiu, antes mesmo que fosse criado um modelo de ensino. As transferências de saberes são contínuas, como assegura Paulo Freire quando diz que os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo, significando que a aprendizagem ocorre com a troca de experiências no meio social.

A escola não é apenas um lugar em que o professor transfere conhecimentos, ela surge como uma instituição criada para sistematizar os saberes que a sociedade considera de suma importância para as próximas gerações, o lugar onde esse conhecimento é difundido, deve ser um ambiente onde exista valorização, respeito às diferentes culturas, crenças, valores, espaços com condições favoráveis ao ensino.

Nesta pesquisa, abordamos sobre a temática Educação em Tempo Integral como política pública de educação, tendo a extensão do tempo, como possibilidade de ampliação da aprendizagem e consequente formação integral do aluno.

O interesse em pesquisar sobre a temática Educação em Tempo Integral, surgiu durante a experiência do estágio curricular obrigatório nos anos iniciais, do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em que tivemos a oportunidade de vivenciar uma experiência com alunos de uma escola da Rede Pública Municipal de São Luís. Na oportunidade, pude observar o funcionamento da UEB e acompanhar as atividades realizadas pelos alunos no “contra turno”.

Partindo do pressuposto que a educação é um direito de todos e as políticas educacionais visam a melhoria da qualidade do ensino na perspectiva de contribuir para a formação do cidadão, surgiram vários questionamentos: a Rede Pública Municipal tem ofertado a escola de tempo integral de acordo com a legislação norteadora? como a escola organiza as atividades que os alunos realizam no contra turno? A extensão da jornada discente influencia na aprendizagem? quais os desafios na funcionalidade da escola de tempo integral?

Para responder esses questionamentos, foi necessário um estudo mais aprofundado com o objetivo de possibilitar a compreensão da extensão da jornada discente como possibilidade de aprendizagem; investigar a ampliação e sua correlação com a organização curricular da escola; identificar os desafios na funcionalidade da escola de tempo integral e comparar os resultados alcançados pela escola campo de pesquisa no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Neste trabalho, apresentamos o percurso histórico sobre a implantação da educação em tempo integral no Brasil, que teve como marco o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova na década de 1930. Por meio de revisões bibliográficas expomos a trajetória da escolarização pública, com referência a experiência pioneira de Anísio Teixeira percussor desses estudos no Brasil. Abordamos também o programa Mais Educação que é uma iniciativa do governo federal com a finalidade de elevar os índices da educação básica destinando recursos financeiros. Apresentamos os fundamentos da escolarização da jornada ampliada e a política nacional, bem como a legislação que norteia a implantação do Programa Mais Educação. Destacamos nesse trabalho a escola de tempo integral em São Luís, em que funciona o Programa Mais Educação com a finalidade de atender a uma clientela com vulnerabilidade social, por meio de atividades socioeducativas.

Em seguida, apresentamos os dados coletados na pesquisa com a análise e interpretação dos dados, pois segundo afirma Lakatos e Marconi (2003), “na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Estas são comprovadas ou refutadas, mediante a análise” (p.168). Por fim, as considerações finais.

Optamos por pesquisa bibliográfica em materiais relacionados a temática, pois segundo Lakatos e Marconi “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. [...]” (2003, p.158) e pesquisa de campo “[...] utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (2003, p.186), pautadas em uma abordagem qualitativa.

A coleta de dados foi realizada em uma escola da Rede Pública Municipal de São Luís, por meio da aplicação de questionário a 9 (nove) professores, 1 (gestor) e 2 (dois) coordenadores da referida escola, para que pudéssemos conhecer os pontos de vista da equipe pedagógica em relação ao assunto abordado. Para coleta de dados utilizamos como instrumento, questionário com perguntas abertas, fechadas e semi abertas.¹

2. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL: Retrospectiva histórica

Com a universalização do ensino no Brasil surgiu a necessidade de criar espaços onde as crianças pudessem ser escolarizadas, contudo a preocupação inicial não estava voltada para a qualidade da educação.

A Constituição Federal de 1988 promulgou o direito à educação pública de qualidade. A educação em tempo integral está diretamente relacionada à educação integral, que não é um tema novo, discutido desde a antiguidade. Aristóteles defendia uma educação que desenvolvesse todas as potencialidades humanas, no entanto existe questões complexas, sendo necessário conhecermos primeiro a trajetória histórica.

Ao longo do século XX, as redes escolares precisaram repensar novas formas de organização devido a grande demanda por vagas na educação formal e o grande número de pessoas que buscavam acesso ao ensino. Diante deste quadro, as escolas funcionavam no limite de sua capacidade e apresentavam problemas que iam desde questões estruturais a questões relacionadas a formação dos professores, que influenciavam diretamente na baixa qualidade do ensino ofertado.

Não bastava apenas proporcionar as crianças o acesso à educação, garantir a qualidade desse ensino era fundamental. Surge então na década de 20 a reforma paulista, que previa a redução do tempo do ensino primário e a diminuição da jornada diária do aluno, com isso, possibilitaria um aumento no quantitativo de atendimentos aos estudantes.

A escolarização em tempo integral surge como uma política educacional para contribuir com a elevação na qualidade do ensino público. No ano de 1950, no estado da Bahia, Anísio Teixeira foi influenciado pelo movimento escolanovista e a concepção pragmática de educação do pensador norte americano John Dewey (1859 – 1952). Nesse contexto apresenta a ideia da escola de turno integral e cria o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR).

A concepção de educação integral que vemos hoje está fundamentada nos ideais de Anísio Spinola Teixeira, que foi um dos intelectuais reformistas que influenciou de maneira significativa a implantação de políticas públicas que visavam contribuir para o desenvolvimento de um ensino público de qualidade. Teixeira foi o primeiro educador brasileiro a levantar a bandeira da escola pública de turno integral

no Brasil, constituindo então a primeira experiência de educação pública em escolas de turno integral.

A escola de tempo integral de Anísio foi pensada e construída com o foco no aluno e em suas necessidades individuais, preocupada com a verdadeira aprendizagem do aluno e de sua preparação para exercício da cidadania, consciente de seus deveres e direitos, integrada ao projeto do país que surgia, desenvolvimentista, ligada ao mundo do trabalho, mas sem se deixar alienar pelo mercado, com possibilidade de atender as vocações ou tendências dos alunos, uma escola socialmente educadora (Chagas, Silva e Souza, 2012, p.75 apud Ana Maria, 2013, p.71)

A criança permanecia na escola pelo menos 8 (oito) horas diárias onde eram oferecidas em um período, atividades de instrução seguindo o currículo escolar e no outro período atividades artístico, sociais e educação física, na tentativa de formar o sujeito integralmente, prevendo uma articulação entre as atividades intelectuais com as práticas. Analisando o projeto de Anísio Teixeira, Gadotti (2009, p.23) afirma que

O projeto educacional de Anísio Teixeira, iniciado com o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), previa a construção de centros populares de educação em todo o estado da Bahia, para crianças e jovens de até 18 anos. O Centro era composto de quatro “Escolas-Classe” e de uma “Escola-Parque”. A proposta visava a alternar atividades intelectuais com atividades práticas, como artes aplicadas, industriais e plásticas, além de jogos, recreação, ginástica, teatro, música e dança, distribuídas ao longo de todo o dia.

Além da função social quanto à formação escolar, acabava sendo imputada a escola outras responsabilidades, tendo em vista que diante da realidade, os indivíduos viviam em situação de vulnerabilidade. O Centro era tido como a salvação para muitos pais, pois o aluno passava o dia todo na escola. Contudo, não se pode esquecer a importância da família para a formação omnilateral do homem. Diante dessa proposta, Anísio Teixeira idealizou nove centros, todavia implantou apenas um.

Na década de 1960, surgiram os ginásios vocacionais em São Paulo, que eram instituições em tempo integral. Durante a gestão do governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, o educador Darcy Ribeiro seguindo os passos de Anísio Teixeira, implementou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), construindo 507 unidades, com extensão do projeto para outros estados.

Na década de 1990 foram instituídos os Centros de Atenção Integral à criança e ao adolescente (Ciacs), no governo de Fernando Collor de Mello, que tinham uma proposta muito semelhante ao dos CIEPs, pois previam o aumento do tempo escolar, que consistia em o aluno permanecia na escola durante todo o dia. Em novembro de

1991 foi criado o primeiro Ciac, na Periferia de Brasília, na Vila Paranoá. Gadotti (2009, p. 27) analisa que

Segundo o governo, os Ciacs estavam nascendo para fazer valer os direitos expressos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da criança e do adolescente. Não eram apenas escolas, mas centros de atenção integral à crianças, englobando, num mesmo espaço, educação escolar, saúde, cultura, esporte, creche, educação para o trabalho, proteção especial à criança e desenvolvimento comunitário.

Esse projeto foi muito criticado, pois muitos educadores acreditavam que as construções dos Ciacs corresponderiam apenas a interesses políticos. A proposta inicial era que fosse uma rede de 5 (cinco) mil instituições de ensino, todavia com a deposição de Collor não foi possível, apenas 444 foram implantados. Durante o governo do presidente Itamar Franco em 1992, os CIACs passaram a ser chamados de Centros de Atenção Integral à crianças e aos Adolescentes (CAICs).

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, foi sancionada, quanto à jornada escolar prevê no artigo 34 que “a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. O Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001 também defende a ampliação da jornada escolar:

[...]a ampliação da jornada escolar para turno integral tem dado bons resultados. O atendimento em tempo integral, oportunizando orientação no cumprimento dos deveres escolares, prática de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada, no mínimo em duas refeições, é um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem. O turno integral e as classes de aceleração são modalidades inovadoras na tentativa de solucionar a universalização do ensino e minimizar a repetência (BRASIL, 2010).

O Governo Federal, por meio do Decreto Presidencial 7083/2010, instituiu através da Portaria Interministerial 17/2007 o Programa Mais Educação. A partir da observância dos baixos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), principalmente explícitos nas regiões norte e nordeste do país, o poder executivo toma a iniciativa de construir uma proposta de intervenção conjunta com os governos estaduais e municipais, visando implantar o Programa Mais Educação como estratégia de promoção do acesso e permanência do aluno na escola e ainda elevar o rendimento escolar.

A escola pública precisa ser integral, integrada e integradora, nessa mesma perspectiva as experiências de educação integral possuem dimensões quantitativas e qualitativas, como toda e qualquer escola, deve ter como objetivos: “1) educar para e pela cidadania; 2) criar hábitos de estudo e pesquisa; 3) cultivar hábitos alimentares e de higiene; 4) suprir a falta de opções oferecidas pelos pais ou familiares; 5) ampliar a aprendizagem dos alunos além do tempo em sala de aula.” (Gadotti, 2009, p. 38) além de contribuir com a construção de saberes:

A escola de tempo integral deve proporcionar estudos complementares e atividades de esporte, cultura, lazer, estudos sociais, línguas estrangeiras, cuidados de saúde, música, teatro, cultivo da terra, canto, ecologia, artesanato, corte e costura, informática, artes plásticas, potencializando o desenvolvimento da dimensão cognitiva e ao mesmo tempo afetiva e relacional dos alunos, entre outras. (Gadotti, 2009, p. 38)

Compreende-se que não basta apenas ampliar o tempo em que o aluno passa na escola, é necessário se questionar o que este aluno vai fazer no período em que estiver lá, o que faz necessário estabelecer a qualidade desse tempo com práticas escolares articuladas com atividades intelectuais, pois todo o trabalho pedagógico precisa contribuir para a formação integral do indivíduo, uma formação abrangente, pois se considera que a extensão do horário escolar oportunize aos alunos a terem uma educação que os possibilite a desenvolverem as potencialidades humanas.

[...] a base da educação deve ser integral, omnilateral e não parcial e fragmentada. Uma educação integral é uma educação de qualidade com o sócio-cultural. A integração da cultura, da saúde, do transporte, da assistência social etc. com a educação possibilita a integralidade da educação. Não se trata apenas de estar na escola em horário integral, mas de ter a possibilidade de desenvolver as potencialidades humanas, que envolve o corpo, a mente, a sociabilidade, a arte, a cultura, a dança, a música, o esporte, o lazer etc (Gadotti 2009, p. 97 e 98).

A comunidade escolar deve atentar-se para os fatores mencionados por Gadotti (2009), devendo ser levado em consideração as estruturas curriculares ou disciplinas estruturadas no currículo escolar, visando a elaboração e execução de atividades que integrem o trabalho com o corpo e a mente.

Assim, para alcançar essa integração, o projeto pedagógico das escolas de tempo integral deve ser elaborado na perspectiva de articulação entre a base nacional comum, projetos e atividades artísticas culturais, desportivas e de integração social. Evidenciando atividades lúdicas cotidianas a partir do envolvimento de professores, alunos e comunidade (SANTOS, 2015, p. 29).

As experiências desenvolvidas e os estudos em torno da temática geraram várias formas de praticar a Educação em Tempo Integral. Podemos citar as práticas

pedagógicas desenvolvidas fora do espaço escolar, no entanto não podemos esquecer que as atividades precisam estar integradas aos conteúdos e a prática diária, visando desenvolver as várias dimensões do ser humano.

Os modelos educacionais devem estar organizados de maneira que o processo ensino aprendizagem seja ofertado com qualidade, de forma a promover a autonomia e a consciência crítica social.

2.1 Programa mais educação: educação em tempo integral

Analisar a educação integral é reconhecer um ideal presente na legislação educacional brasileira, contudo vários esforços e iniciativas proporcionaram uma aproximação para as escolas através de programas e propostas governamentais. A partir dos marcos legais, a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), surgem iniciativas governamentais que abrangem as três esferas de governo, a fim de garantir o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

No ano de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE com o propósito de alinhar a legislação educacional com o Plano Nacional de Educação – PNE. O PDE é um plano constituído por mais de 40 programas e ações, dos quais está inserido o Programa Mais Educação, financiado pelos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, que calcula um percentual a mais baseado na educação em tempo integral. Entre as diretrizes do PDE, destacam-se duas relacionadas a ampliação do tempo na escola:

IV - Combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contra-turno, estudos de recuperação e progressão parcial;

VII – Ampliar as possibilidades de permanência do educando sob a responsabilidade da escola para além da jornada regular; (BRASIL, 2007)

Ainda no ano de 2007 foi criado o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril, sendo um plano estratégico com vista na melhoria da qualidade da educação, esse plano expressa “o compromisso dos gestores estaduais e municipais para colocar em prática as 28 Diretrizes do PDE, assumindo compromisso com metas estabelecidas até o ano de 2021”(BRASIL 2009, p.13).

O Programa Mais Educação foi implantado pelo Governo Federal através da Portaria Interministerial nº17 e nº 19 de 24 de abril de 2007.

Art.1 O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta da educação básica em tempo integral (Brasil, 2010a, p.1).

O Programa Mais Educação foi instituído, está progressivamente se aprimorando através do compromisso que os estados e os municípios tem tido em dialogar com as redes escolares. Constitui-se em um agrupamento das políticas públicas educacionais e sociais que visam à diminuição das desigualdades sociais e contribuem para qualificação do ensino. Podemos observar conforme relata Moll (2013) a respeito do Programa Mais Educação:

Uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e organização curricular, na perspectiva da Educação Integral, visando contribuir para a qualificação das aprendizagens escolares, a diminuição das desigualdades educacionais e a valorização da diversidade cultural brasileira (MOLL, 2013, p. 123 apud SANTOS, 2015, p 70)

Existem vários programas educacionais voltados para garantir as pessoas o acesso à educação e a permanência do aluno na escola, visando o que determina a Constituição Federal de 1988: “A educação é um direito de todos e dever do estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e para a qualificação do trabalho”.

Dentro dessa iniciativa, o Programa Mais Educação destaca-se, pois visando contribuir com o “pleno desenvolvimento da pessoa”. Surgiu como estratégia para qualificação das aprendizagens através de um ensino público de qualidade com vista na permanência do aluno na escola conforme fica expresso na portaria:

Art. 1º - Instituir o Programa Mais Educação, com o objeto de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos.

Parágrafo único – O programa será implementado por meio de apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações socioeducativas no contra turno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social,

saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes. (BRASIL, 2007)

O Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), contribuí para melhoria da qualidade do ensino público por meio das articulações entre os governos federais, estaduais e municipais e fomentam sobre a ampliação da jornada escolar da educação básica a fim de garantir o que está determinado no estatuto da criança e do adolescente em seu artigo 86: “[...]a política de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Todos os municípios que participam do programa Mais Educação, aderiram a esse compromisso. A Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, trata legalmente e orienta a ampliação da jornada desse aluno no ambiente escolar em seu Art. 6º:

O Programa Mais Educação visa fomentar projetos ou ações de articulação de políticas sociais e implementação de ações socioeducativas oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens, por meio de sensibilização, incentivo e apoio, e que considerem as seguintes orientações:

I – Contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautadas pela noção de formação integral e emancipadora[...] (BRASIL, 2007)

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), favoreceu a implantação das escolas de tempo integral em nível nacional, tendo em vista que a viabilização desse recurso proporciona um aparato para a implantação, funcionamento e manutenção dessas escolas.

2.2 Escola de tempo integral em São Luís-MA

O Maranhão é um estado composto por 217 municípios, situado na região nordeste do país, e que também teve a experiência de implantação dos CIEPs. Em São Luís, capital do estado, a implantação dos CIEPs iniciou com os alunos de 1ª e 2ª série, com o objetivo de garantir o sucesso da alfabetização. Contudo, a estruturação organizacional de uma escola de tempo integral só foi instaurada em 1992, na UEB Alberico Silva, durante a gestão do governo do prefeito de São Luís, o Sr. Jackson Kléper Lago.

A organização da rotina diária da escola, consistia em dois turnos. Em um turno os alunos tinham quatro horas de aulas, fundamentadas na base da matriz curricular e no outro, o período de sete horas, era destinado a atividades diversificadas. Isso demonstra a preocupação em torno da organização das atividades diárias que serão executadas durante a jornada ampliada, pois a iniciativa do diálogo entre os docentes que trabalham no turno parcial e no contra turno é fundamental para que haja uma integração dos conteúdos curriculares com as atividades e oficinas que serão realizadas.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Educação oferta a Educação Básica na seguinte configuração:

Quadro 1- Atendimento SEMED

ORGANIZAÇÃO SEMED	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -EJA	TOTAL GERAL
QUANTITATIVO DE ESCOLAS	78	113	58	249
QUANTIDADE DE ALUNOS	13.238	65.495	5.022	83.755

Fonte: SEMED/2019

Com base no quadro acima, verifica-se que a secretaria realiza o atendimento a um público numeroso, e que de acordo com o documento norteador de implantação da Educação Integral na Rede Pública Municipal de São Luís, nota-se que a rede, organiza o atendimento escolar utilizando as seguintes nomenclaturas: **“Escola de tempo parcial** baseada na escola que possui jornada escolar de quatro horas visando à formação plena do aluno cidadão a partir dos componentes curriculares da base nacional comum; **Escola em jornada ampliada** que consiste a partir de projetos e programas de iniciativa governamental, não governamental e instituições parceiras do setor privado, realizadas em parceria com a Secretaria de Educação ampliando a jornada escolar em até 7 (sete) horas por dia ofertando no contra turno oficinas das áreas pedagógicas, de esporte, de lazer, de cultura, de arte, de educação ambiental, de educação inclusiva e outras definidas conforme a natureza da parceria e da intenção da Rede de Educação e a **Escola de tempo integral**, proposta de ensino integral que propõe manter o aluno em jornada ampliada de 8 (oito) horas. O trabalho é realizado no contra turno escolar com um currículo conectado com a diversidade

capaz de proporcionar aprendizagens essenciais para a formação de cidadão pleno de direitos” (SEMED 2014).

A educação em tempo integral, prevê maiores oportunidades de aprendizagens, visando contribuir com a qualidade do ensino público do país. A SEMED demonstra que a proposta do Programa Mais Educação fomenta a educação integral através de atividades no contra turno, com ações socioeducativas gratuitas que incluem os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer e que influenciam diretamente na melhora do desempenho educacional. (SEMED 2019)

No ano de 2010, a Secretaria Municipal de Educação de São Luís efetivou a adesão ao Programa Mais Educação através da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI).

Tendo em vista o processo formativo do indivíduo em sua completude através das atividades realizadas durante o tempo escolar. Entende-se que a jornada ampliada contribui para uma ação escolar mais eficaz, pois oportuniza ao aluno o acesso a “atividades de estudo, de trabalho, de vida social e de recreação e de jogos” (TEIXEIRA, 1999, p.24), considerados fundamentais para a prática diária da educação.

Como já visto anteriormente, a criação e implantação do Programa Mais Educação foi motivada a partir da observação dos baixos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que “agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas de ensino” (BRASIL, 2009, p. 33).

Podemos frisar que para implementação do programa em 2008 foram definidos os municípios a partir de alguns critérios, dentre os quais um era ter escolas municipais ou estaduais com IDEB abaixo de 2.9.

Podemos analisar os dados expostos no quadro 1, que apresenta os resultados do IDEB no decorrer dos anos de 2007 a 2017:

Quadro 2: IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental

IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL												
	RESULTADOS						METAS					
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nacional	4.2	4.6	5.2	5.2	5.5	5.8	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5
Estadual	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	6.0	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6

Municipal	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.6	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1
------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: INEP/2019

Os dados revelam uma evolução nos resultados, que algumas vezes chega a ultrapassar a própria meta prevista. É notório que o resultado, das médias estaduais, é melhor em relação as médias municipais, contudo ambas apresentam progressões.

No ano de 2010, o município fez a adesão ao programa, onde 17 escolas participaram. Com o decorrer dos anos esse quantitativo de escolas foi aumentando gradativamente. Tendo por base o relatório de Mais Educação é “Importante evidenciar que o agrupamento das denominações das experiências de jornada escolar ampliada por aproximação semântica dá origem a duas grandes categorias: uma que fornece a noção de integralidade (tempo integral e educação integral, por exemplo) e outra que indica complementaridade (ações educativas complementares, turma complementar, Segundo Tempo, contra turno, turno inverso, atividades extracurriculares, entre outras)”(MEC, 2009).

A escola pesquisada foi inaugurada em 12 de setembro de 1992 e fica localizada nas proximidades do centro da cidade. Oferece o ensino fundamental nos anos iniciais e atende crianças da localidade e dos bairros adjacentes. A escola foi construída a partir dos ideais da escola-parque de Anísio Teixeira e é também conhecida como Centro Integrado de Educação Pública (CIEP). Quanto à infraestrutura, a escola tem sala de direção, sala da coordenação, auditório, refeitório, sala dos professores, sala de informática, quadra descoberta, biblioteca, pátio, (10) dez salas de aula, além de contar com uma sala de recursos.

No ano de 2013, a SEMED iniciou a ampliação do tempo das Escolas em Tempo Integral conforme tabela retirada do Plano Municipal de Educação:

Quadro 3 – Escolas de Tempo Integral da Rede Pública Municipal

ETAPA OU MODALIDADE DE ENSINO	ESCOLA	BAIRRO	ANO DE IMPLANTAÇÃO
EDUCAÇÃO INFANTIL	RECANTO DOS PÁSSAROS	CIDADE OPERÁRIA	2013
	CRECHE MARIA DE JESUS CARVALHO	CENTRO	
	BARJONAS LOBÃO	CIDADE OPERÁRIA	

ENSINO FUNDAMENTAL	ALBERICO SILVA – CIEP	ALEMANHA	2014
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	ESCOLA FAMILIAR RURAL	QUEBRA POTE	2015

Fonte: Núcleo de Educação Integral/SEMED – 2019

Compreende-se que para se implantar as Escolas de tempo integral “as escolas precisarão superar o currículo fragmentado por disciplinas e contemplar os diversos saberes, unindo a educação informal, formal e não formal” (PME, 2015, p 24). Além disso, a Secretaria tem implantado outros programas e projetos a fim de contribuir com o pleno desenvolvimento dos seus estudantes e operacionalizar outros programas ofertados pelo ente federado. Dentre os programas que a SEMED tem desenvolvido nas escolas municipais, destacam-se:

- Programa Correção do Fluxo Escolar do 1º e 2º ciclo;
- Projeto Carro Biblioteca;
- Programa do Livro Didático;
- Programa Mais Educação e Programa Segundo Tempo;
- PMALFA
- Projovem Urbano

Todos os programas mencionados, tem influenciado no desenvolvimento dos estudantes e contribuído para maiores aprendizagens, podemos afirmar que a educação pública municipal tem apresentado melhores resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização da pesquisa ocorreu em uma Unidade de Educação Básica da Rede Pública Municipal de São Luís. A escola oferece o ensino fundamental nos anos iniciais e conta com um quantitativo de 162 estudantes, distribuídos em 10 (dez) turmas.

Foram aplicados questionários com 9 (nove) professores dessas turmas para a coleta de dados. O questionário teve o intuito de analisar os limites, desafios e perspectivas da funcionalidade da escola de tempo integral, bem como o conhecimento dos docentes em relação ao Programa Mais Educação e a Educação em tempo integral. O questionário contou com perguntas fechadas, abertas e semiabertas, dos quais os resultados serão apresentados nas tabelas.

A tabela 1 apresenta os resultados da primeira pergunta do questionário que trata sobre o entendimento dos professores sobre o que é a educação em tempo integral.

Tabela 1- Entendimento sobre o que é Educação em tempo integral

Ampliação da jornada escolar.	0
Educação que consiga integrar os conteúdos.	11%
Ação indutora do Programa Mais Educação que promove a ampliação efetiva da jornada escolar com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos alunos, buscando desenvolver todas as potencialidades humanas otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola.	88.9%
Outros.	0

Dados extraídos do questionário

Sobre o entendimento do que é Educação em tempo integral, verifica-se que 88.9% dos participantes optaram por responder que é uma ação indutora do Programa Mais Educação com vistas na melhoria da aprendizagem dos alunos, otimizando o tempo de permanência do aluno na escola. 11% dos pesquisados responderam que a educação em tempo integral é a educação que consiga integrar os conteúdos. Ninguém optou como sendo ampliação da jornada escolar ou outros.

A partir da análise dos Índices do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foi instituído através de Portaria Interministerial nº 17/2007 o Programa Mais Educação, como proposta do Governo Federal a fim de juntamente com os governos

estaduais e municipais pudessem equacionar a problemática educacional, distribuindo recursos diretamente às escolas que a partir disso ofereceriam atividades socioeducativas ampliando o tempo da jornada escolar, contribuindo para a diminuição das desigualdades educacionais.

O amparo legal ao Programa, que prevê ações aliadas à escolarização devendo ser articulado com o projeto pedagógico da escola, está nos artigos 34 e 87 da LDB, nos artigos 205, 206 e 227 da Constituição Federal que prevê o apoio e proteção dos demais setores da sociedade à educação, o Plano Nacional da Educação, além de contar com o suporte financeiro através do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB).

A educação em tempo integral se caracteriza pela busca da formação completa do indivíduo, articulando aos indivíduos conhecimento e cultura, oportunizando experiências concretas através da jornada ampliada, envolvendo formação e informação, através da construção de um tempo de qualidade dentro da escola e em outros espaços fora dela.

As informações detalhadas na tabela abaixo demonstram na concepção dos participantes da pesquisa, acerca dos principais fatores que limitam o desenvolvimento da Educação em Tempo integral.

Tabela 2- Limites para o desenvolvimento da Escola de Tempo Integral

Falta de infraestrutura.	33.3%
Falta de articulação entre as atividades propostas no contra turno com o currículo escolar.	11.1%
Ausência da equipe pedagógica multidisciplinar.	33.3%
Falta de recursos para manutenção e financiamento da educação.	22.2%

Dados extraídos do questionário

São muitos os desafios na funcionalidade da escola de tempo integral, que envolve desde questões estruturais às questões pedagógicas. Mediante os resultados da pesquisa o que se observou é que dentre os vários fatores citados, 33.3% dos professores alegaram a falta de infraestrutura e 33.3% optaram a ausência da equipe multidisciplinar como um fator limitador para o desenvolvimento da educação em tempo integral. De acordo com o documento do “Passo a passo do Programa Mais Educação” (2009), essa equipe multidisciplinar deve dar assistência aos alunos,

devendo ser composta não apenas por gestores, coordenadores e professores, mas essa equipe abrange profissionais como psicólogos, assistente social, cuidadores e outros. No entanto, o que se observou durante a pesquisa é que existe uma defasagem nessa equipe multidisciplinar, principalmente em relação ao quantitativo de cuidadores que estão disponibilizados na UEB pesquisada, o que acaba gerando transtornos e limitações na funcionalidade da escola de tempo integral.

A tabela 3 apresenta a compreensão dos docentes quanto ao progresso escolar dos alunos que estudam na escola de tempo integral.

Tabela 3- Você observa progressos no rendimento escolar dos alunos?

Sim, progressos na leitura, escrita e melhores desempenhos em matemática.	55.6%
Sim, progressos no desenvolvimento social.	33.3%
Não.	11.1%

Dados extraídos do questionário

Quando questionados sobre os progressos no rendimento escolar dos alunos, 55.6% responderam que sim, observam progressos na leitura, escrita e melhores resultados em matemática e 33.3% responderam que observam progressos no desenvolvimento social dos alunos. Embora 11.1% dos pesquisados tenham dito que não observam progressos no rendimento escolar dos alunos. Segundo dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, nota-se uma evolução nos resultados dos IDEB da escola pesquisada, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 4: Resultados e Metas do IDEB

IDEB - RESULTADOS E METAS						
	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Metas Projetadas	3.3	3.6	4.0	4.3	4.6	4.9
IDEB da UEB pesquisada	3.9	3.9	4.1	4.8	4.6	5.5

Fonte: INEP/2019

Diante dos resultados do IDEB da escola pesquisada, fica claro ao observar os progressos no decorrer dos anos. O que podemos analisar que em relação as metas do IDEB, a escola tem tido resultados superiores.

Com relação aos benefícios da implantação da escola de tempo integral para a comunidade, foram encontrados os seguintes resultados:

Tabela 4 - Quais os benefícios da implantação da escola de tempo integral para a comunidade

Tira das ruas as crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social.	44.4%
Propicia aos pais um ambiente seguro onde podem deixar os filhos enquanto trabalham.	33.3%
Possibilita maior aprendizagem aos alunos que vivem na comunidade.	22.2%

Dados extraídos do questionário

Com base na análise das respostas dos docentes, foi possível perceber que 44.4% dos pesquisados responderam que os benefícios recorrentes da implantação da escola de tempo integral está relacionada com tirar das ruas as crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social e 33.3% afirmaram que propicia aos pais um ambiente seguro onde podem deixar os filhos enquanto trabalham, o que nos remete a lembrar das políticas assistencialistas, que geralmente recaem sobre a escola e aos programas ofertados pelo governo.

Gadotti afirma “as propostas atuais de educação em tempo integral estão muito mais preocupadas em estender o direito de passar “mais tempo” às camadas mais pobres da população enquanto que a escola privada das classes médias e ricas já é de tempo integral” (2009, p.32). Essa afirmativa acaba causando uma inquietação e levando a reflexão sobre uma possível diferenciação quanto a proposta das escolas de tempo integral ofertada as camadas mais pobres e a classe média e rica da população, pois enquanto os alunos das escolas públicas estão apenas “passando mais tempo” na escola, os estudantes das escolas privadas estão dispendo de um tempo dedicado a educação de qualidade através de atividades complementares que vão desde esporte e lazer, a reforço em línguas estrangeiras e outros.

A escola de tempo integral não pode ser vista apenas como política assistencialista, mas compreendemos que ela tem em comum dimensão quantitativas e qualitativas, no sentido de que a dimensão quantitativa está relacionada com a ampliação da jornada discente, com o passar mais tempo na escola e no seu entorno e a dimensão qualitativa está direcionada com a contribuição da utilização desse tempo para a formação integral dos seus alunatos, visando o que afirma Gouveia (2006, p.84), que a escola de tempo integral “é um caminho para garantir uma educação pública de qualidade”.

A quinta pergunta do questionário buscou identificar o conhecimento dos docentes sobre as Diretrizes do Programa Mais Educação, dentre os quais obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 5- Conhecimento sobre as Diretrizes do Programa Mais Educação

Melhora a aprendizagem em Língua Portuguesa e matemática por meio da jornada ampliada.	33.3%
Não detém conhecimento sobre as diretrizes do programa.	55.6%
Aumento da oferta de atividades educativas complementares nas escolas públicas.	11.1%

Dados extraídos do questionário

Levando em consideração as respostas apresentadas, 33.3% dos profissionais relacionaram as diretrizes com a melhora na aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática por meio da jornada ampliada, todavia as atividades desenvolvidas no Programa buscam contemplar as demais áreas do conhecimento. 11.1% relacionaram as diretrizes com o aumento da oferta de atividades educativas complementares nas escolas públicas e 55.6% dos docentes declararam não possuir conhecimento sobre as diretrizes do Programa Mais Educação, ainda que o Ministério da Educação disponibilize através do seu site materiais explicativos sobre o programa e em que consistem as atividades.

Estar envolvido e trabalhar dentro da proposta de um programa que não se sabe o que é, complica o desenvolvimento desse trabalho, pois segundo afirma Cavalière “Para a construção de uma organização de tempo escolar mais flexível [...] necessita-se, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, de um nível de organização muito mais desenvolvido. Isso inclui um corpo de profissionais que sejam capazes de organizar o trabalho pedagógico de forma consciente do ponto de vista político-filosófico e complexa do ponto de vista técnico pedagógico” (2007, p.123). É necessário que os profissionais da educação conheçam e entendam os objetivos da proposta do programa, além de conhecerem as Diretrizes norteadoras do Programa para que possam desenvolver um trabalho de qualidade, contribuindo de forma significativa para a construção dos saberes. Além das normas, portarias, decretos e resoluções que respaldam legalmente o programa Mais Educação, vários materiais estão disponíveis a fim de darem maior compreensão e subsidiarem a educação em tempo integral na perspectiva do Programa Mais Educação, como:

- Manual do Programa Mais Educação – Passo a Passo;
- Caderno – Gestão Intersetorial no Território;
- Caderno Rede de Saberes Mais Educação,
- Pressupostos para o Projeto Pedagógico de Educação Integral;
- Caderno Educação Integral;
- Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada;
- Manual Operacional de Educação Integral para obtenção de apoio financeiro através do Programa Mais Educação.

Toda equipe pedagógica precisa entender que a educação em tempo integral não estar baseada em apenas passar mais tempo na escola respondendo exercícios, mas a escola de tempo integral dever ser um ambiente favorável ao aprendizado, um ambiente onde o indivíduo possa se sentir seguro para se expressar e se desenvolver. Segundo Teixeira (1999, p.46), “se a escola quer ter uma função integral de educação, deve organizar-se de sorte que a criança encontre aí um ambiente social em que viva plenamente, a escola não é uma simples classe de exercícios intelectuais especializados”, com essa afirmação podemos entender que o ambiente escolar deve propiciar atividades objetivas que possibilitem o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

A tabela 6 apresenta os resultados encontrados em relação a saber se os docentes receberam ou não formação sobre como desenvolver as atividades do PME.

Tabela 6- Você recebeu alguma formação sobre como desenvolver as atividades do PME?

Sim.	0
Não.	100%

Dados extraídos do questionário

O professor tem um papel fundamental na escola, ele é um articulador e participa ativamente na construção dos conhecimentos. As formações continuadas permitem aos profissionais uma reciclagem e atualização dos conhecimentos, permitindo que desenvolvam um que fazer atual que condiz com a atualidade e realidade vivida.

Quando questionados sobre terem recebido formação referente sobre o desenvolvimento de atividades do Programa, 100% dos pesquisados declararam não terem recebido formação referente ao tema. Vale destacar que ao participarem de formações continuadas possibilitaria toda a equipe pedagógica entender o funcionamento do Programa e conseqüentemente os professores estariam capacitados de forma que pudessem defender sua prática pois “A capacitação adequada do profissional possibilita que sua atuação seja ativa na elaboração das programações, tornando-o um componente fundamental a para a equipe de planejamento participativo. Dependendo do nível da sua capacitação e de seu conhecimento profissional, suas ações acabam extrapolando sua área de intervenção” (MARCELLINO, 2007, p. 29 apud SANTOS, 2015, p. 95).

A Secretaria Municipal de Educação, por meio da Coordenação do Programa Mais Educação, realiza anualmente uma formação com todos os monitores do programa, contudo os professores não participam dessa formação o que acaba resultando em profissionais que estão envolvidos nas ações do programa, mas não refletem sobre essas ações, tendo em vista não terem o menor conhecimento das diretrizes e objetivos propostos no Programa.

A seguir, iremos observar os resultados obtidos quanto à articulação dos conteúdos trabalhados pelos professores da Escola de tempo integral.

Tabela 7- Como é feita a articulação dos conteúdos trabalhados no turno parcial e na jornada ampliada

Em formações pedagógicas mensais.	33.3%
De forma coletiva em reuniões e planejamentos.	44.4%
Na semana pedagógica antes do início do ano letivo.	22.2%

Dados extraídos do questionário

Um fator importante da pesquisa é saber como é feita a articulação dos conteúdos trabalhados durante o turno parcial e as atividades desenvolvidas na jornada ampliada, pois é indissociável o diálogo entre teoria e prática, possibilitando a construção de outras formas de ensino, que sejam organizadas de forma coerente e antecipadas.

44.4% dos docentes responderam que essa articulação é feita de forma coletiva em reuniões e planejamentos, 33.3% disseram que em formações

pedagógicas realizadas mensalmente e 22.2% declararam que realizam essa articulação de conteúdos durante a semana pedagógica antes do início do ano letivo.

Na escola onde foi realizada a pesquisa, grande parte dos professores tem carga horária de 40 horas semanais, o que implica que desenvolvem suas atividades nos dois turnos.

Toda equipe pedagógica precisa estar consciente do seu trabalho, unida na busca do ensino de qualidade, libertando-se da prática egoísta do “cada um por si”. Pensar em educação, seja ela em tempo integral ou não, deve estar associado a esforços conjuntos com a perspectiva de que os conteúdos a serem trabalhados não são o mais importante, contudo o foco está no aluno e esses conteúdos trabalhados de forma articulada, dinâmica, criativa, estratégica, interdisciplinar e objetiva, corroboram para o desenvolvimento do alunato em todos os aspectos, seja cognitivo, afetivo, físico, social e outros conjuntamente, cumprindo o que determina o Artigo 57 do Estatuto da criança e do Adolescente sobre o direito a aprendizagem, que determina as escolas a busca de ferramentas e metodologias pedagógicas que visem a permanência do aluno na escola e conclua sua formação e “assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Art. 22 da LDB). Essa articulação e planejamento dos conteúdos entre os professores gera completude, o que dificulta e impede que o professor trabalhe os conteúdos de forma fragmentada.

A tabela abaixo sinaliza os resultados encontrados, referente a diferença entre Educação Integral e Educação em Tempo Integral na compreensão dos participantes da pesquisa.

Tabela 8- Diferença entre Educação Integral e Educação em tempo integral

A educação integral desenvolve a criança no todo, enquanto a educação em tempo integral consiste na ampliação da jornada escolar e no tempo de permanência do aluno na escola.	44.4%
A educação integral busca o desenvolvimento do aluno e educação em tempo integral é a proposta de atividades integralizadas no contra turno.	22.2%
Não sei diferenciar.	22.2%

Dados extraídos do questionário

A oitava pergunta do questionário faz relação da diferenciação entre Educação Integral e Educação em Tempo integral na concepção dos pesquisados. 44.4% disseram que a educação integral desenvolve a criança no todo, enquanto a educação em tempo integral consiste na ampliação da jornada escolar e no tempo de permanência do aluno na escola. 22.2% responderam que a educação integral busca o desenvolvimento do aluno e educação em tempo integral é a proposta de atividades integralizadas no contra turno. Segundo o Caderno – Gestão Intersectorial no Território declara a importância da educação integral como meio para assegurar o desenvolvimento das crianças em todos os âmbitos da condição humana e afirma que “dessa forma a educação Integral constitui ação estratégica para garantir proteção e desenvolvimento integral às crianças e aos adolescentes que vivem na contemporaneidade marcada por intensas transformações: no acesso e na produção de conhecimentos, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional” (BRASIL, 2009, p. 18). Diante das inovações nas propostas da legislação educacional brasileira, foram desencadeadas várias ações, projetos e programas, entre os quais destacamos o Programa Mais Educação, que tem por “[...]objetivo fomentar a educação integral por meio do apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar.” além de “[...]orientar que a ampliação do tempo escolar seja direcionada à formação integral do indivíduo.” (BRASIL, 2009, p.14).

Observa-se que diante dessa afirmativa podemos considerar que o indivíduo ao ter acesso às essas oportunidades pode se sentir na condição de sujeito de direito, com perspectiva de um amanhã.

Os dados relacionados na tabela abaixo compreendem a questão de número 9 (nove) do questionário, aplicado aos discentes, que indagou quais os Programas e Projetos desenvolvidos na Escola de tempo Integral.

Tabela 9- Quais Programas e projetos estão sendo desenvolvidos na escola

Nenhum.	33.3%
PIP – Projeto de Intervenção Pedagógica PMALFA – Programa Mais Alfabetização.	77.7%

Dados extraídos do questionário

Quando questionado sobre quais os programas e projetos que estão sendo desenvolvidos na escola, 33.3% dos pesquisados responderam que nenhum, no entanto 77.7% fizeram referência ao PIP – Projeto de Intervenção Pedagógica e ao PMALFA – Programa Mais Alfabetização. O PIP é uma ação que faz parte do programa municipal “EDUCAR MAIS: Juntos no direito de aprender”, que é constituído por várias abas (avaliação, monitoramento, formação e intervenção), os resultados das avaliações norteiam onde devem ser executadas as atividades de intervenção Pedagógica, cujo trabalho é desenvolvido pelos chamados facilitadores, que são técnicos pedagógicos que acompanham a aprendizagem e o desenvolvimento na alfabetização dos alunos. O outro programa citado pelos professores, foi o PMALFA (Programa Mais Alfabetização), que é um programa federal instituído pela portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, que “visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2018).

A tabela 10 (dez) evidencia a compreensão dos participantes da pesquisa, em relação ao fator preponderante para a implementação de mais escolas de tempo integral.

Tabela 10- Fator preponderante para a implementação de mais escolas de tempo integral

A disponibilização de Recursos Financeiros.	33.3%
Estrutura física e equipe multidisciplinar.	66.6%

Dados extraídos do questionário

Diante do questionamento quanto ao fator preponderante para a implementação de mais escolas de tempo integral, 33.3% dos pesquisados responderam que o recurso financeiro é um fator indispensável e 66.7% atribuíram a estrutura física e equipe multidisciplinar. Realmente ambos os fatores citados pelos pesquisados são preponderantes, levando a questionarmos se a Rede Pública Municipal de São Luís estar preparada para ampliar a jornada escolar nas demais escolas da rede.

A meta 6 (seis) do Plano Nacional de Educação prevê “oferecer educação em tempo integral em 50% d escolas públicas de educação básica” e defende ampliação da jornada escolar como uma das suas principais diretrizes. A educação deve

oportunizar a aprendizagem, seja ela em tempo integral ou não, sendo oferecida com qualidade e tenha o acesso a todos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou a temática Escola de tempo integral da Rede Pública Municipal de São Luís, abordando os limites, desafios na funcionalidade da escola. O estudo possibilitou a compreensão por meio das etapas da pesquisa bibliográfica e posteriormente a pesquisa de campo com os docentes da Unidade de Educação Básica, além de ter permitido identificar os conhecimentos e a compreensão dos mesmos em relação ao programa Mais Educação no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, bem como as concepções e ideais que os docentes tem em relação a educação em tempo integral.

Compreender a proposta do programa Mais Educação e ampliação da jornada escolar como política socioeducativa como forma a promover maiores oportunidades de aprendizagem, permite ao professor um que fazer reflexivo, diante da realidade vivenciada no dia a dia. Esse conhecimento contribui para entendermos de forma mais clara os desafios e limites da escola de tempo integral.

A análise dos dados evidenciou que os docentes pouco conhecem sobre as diretrizes do programa, mesmo estando inseridos nessa realidade. Outra evidência constatada é que os limites e desafios estão diretamente relacionados a vários fatores, principalmente a questões de falta de infraestrutura e equipe multidisciplinar.

Um aspecto relevante do resultado da pesquisa é que podemos verificar as evoluções nos resultados da escola pesquisada no Índice de desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, desde a adesão do programa.

Portanto, é possível afirmar que a proposta do Governo Federal na tentativa de promover iniciativas governamentais com propostas de programas e ações educacionais que visam a melhoria da qualidade do ensino público no país no âmbito das três esferas de governo, tem apresentado resultados positivos. Contudo, não podemos negar que existe um longo caminho a ser percorrido até alcançarmos um ideal de escola de tempo integral.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19 ed. São Paulo: Abril Cultura: Brasilense, 1985.

BRASIL. Lei 9394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRASIL. Lei 9394/96 –**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 7083/10**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/821234/decreto-7083-10>. Acesso em: 12.06.2019.

BRASIL. **Manual de educação integral** para obtenção de apoio financeiro através do programa dinheiro direto na escola - PDDE. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. **Ministério da Educação. MEC**. Portaria Normativa Interministerial, nº 17 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12985-portaria-19041317-pdf&category_slug=abril-2013-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. **Portaria Nº 142, de 22 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre o Programa Mais Alfabetização. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/86401-portaria-142-2018-pmalfa002/file>.

BRASIL. **Rede de Saberes Mais Educação**: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – 1 Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2009. 92p.

BRASIL. **Programa Mais Educação**: passo a passo. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Integral: texto referência para o debate nacional**. MEC: Brasília, 2009

BRASIL. Congresso Nacional. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020**. Brasília: Congresso Nacional, 2011.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Manual do Programa Mais Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2441-lei9394ldb-educacaointegral&category_slug=janeiro-2010-pdf&Itemid=30192 Acesso em 19 fev.2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11693121/artigo-22-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996> . Acesso em: 10.05.2019.

CAVALIERE, Ana e Sociedade. Maria. **Tempo de escola e qualidade na educação pública.** In: Educação Campinas. v. 28, n. 100 - Especial p. 1015-1035, out. 2007.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil:** inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã; 4).

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed.- São Paulo: Atlas 2003.

SÃO LUÍS. **Plano Municipal de Educação (PME) 2015 – 2024.** São Luís: SEMED. 2015. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/85_documento_base_do_pme_2015.2024_aprovado_pelo_fme.pdf. Acesso em: 04.05.2019.

SANTOS, Lêda Maria Silva. **O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL:** Educação em Tempo Integral na Perspectiva do Currículo Integrado. São Luís: UFMA. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** UFRJ: Rio de Janeiro, 1999.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Universidade Estadual do Maranhão
Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais – CECEN
Curso de Pedagogia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sou aluna do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão e este é um convite para que você participe de uma pesquisa que será realizada e apresentada no final do curso, na forma de um trabalho de Conclusão de Curso. O objetivo do estudo é analisar a implantação da disciplina de Libras na formação do pedagogo e sua contribuição no processo de inclusão de surdos na escola.

A pesquisa será realizada através de questionários e será garantido o sigilo absoluto sobre a identidade dos participantes da pesquisa. Informo ainda, que na divulgação dos resultados os participantes não serão identificados por seus nomes, e sim por números e letras.

Gostaria de ressaltar que caso qualquer participante se sinta desconfortável ou incomodado, por qualquer motivo, ele poderá interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento.

O benefício que esse trabalho poderá trazer para os participantes não é direto e imediato, mas os resultados alcançados poderão contribuir para esclarecer e promover mudanças, e poderão vir a ser úteis às pessoas que no seu dia a dia lidam com questões relativas ao assunto.

Gostaria de contar com a sua participação e coloco-me à sua disposição para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa. Caso você concorde em participar, assine o termo de compromisso abaixo.

Pesquisador responsável: Prof^a

Endereço:

CEP: Fones (98)

Aluna: Natallya Rocha da Silva

Endereço: Rua dos Rubis, Qd 34, nº 9 – Loteamento Pontal da Ilha

Bairro São Raimundo

CEP: 65057- XXX Fone: (98) 999013056

CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações apresentadas acima, que estou esclarecido (a) sobre o conteúdo da pesquisa que será realizada, seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, autorizo minha participação na pesquisa, cooperando com a coleta e dados para análise.

São Luís, _____ de _____ de 2019

Assinatura do Responsável Legal

APÊNDICE B – Questionário / professores

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE PEDAGOGIA

Nome (fictício): _____

Nível de Escolaridade _____

Data de nascimento _____

Função _____

Tempo de experiência na educação: _____

Questionário para Pesquisa

1. Para você a Educação em tempo integral é:

- Ampliação da jornada escolar;
- Educação que consiga integrar os conteúdos;
- Ação indutora do Programa Mais Educação que promove a ampliação efetiva da jornada escolar com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos alunos, buscando desenvolver todas as potencialidades humanas otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola;
- outros.

2. O que limita o desenvolvimento da Educação em tempo integral:

- Falta de infraestrutura física/ausência de espaço adequado;
- Falta de articulação entre as atividades propostas no contra turno com o currículo escolar;
- Ausência da equipe pedagógica multidisciplinar;
- Falta de recursos para manutenção e financiamento da Educação;
- Outros

3. Você observa progressos no rendimento escolar dos alunos?

- sim, quais?
- não

4. Em sua opinião, quais os benefícios da implantação da escola de tempo integral para a comunidade?

5. Qual seu conhecimento sobre as diretrizes do Programa Mais Educação?

6. Você recebeu alguma formação sobre como desenvolver as atividades no Programa Mais Educação?

sim, qual?

não

7. Como é feita a articulação entre os conteúdos trabalhados pelos docentes do turno parcial e as atividades desenvolvidas na jornada ampliada?

8. Em sua opinião, qual a diferença entre Educação integral e Educação em tempo integral?

9. Quais são os Programas e Projetos desenvolvidos na escola?

10. Em sua opinião, qual o fator preponderante para a implementação da Educação de tempo integral em outras escolas da Rede Pública Municipal de São Luís?
